

“Diálogos” com o cinema



Neco Tabosa

Presidente da Associação Brasileira de Documentaristas e Curtametragistas de Pernambuco/ Associação Pernambucana de Cineastas (ABD/Apec)



O Ministro da Cultura do Brasil quer conversar. Em trecho de entrevista que viralizou nas redes sociais no último mês de 2016, o nobilíssimo afirma ao repórter da Globo News que uma das ideias para a sua gestão é conversar com o BNDES. Para questionar a direção do Banco sobre esse negócio de manter um fundo de investimentos para produções audiovisuais que não dão nenhum grande retorno e geram produtos “de pouco impacto, do ponto de vista cultural e muito mais de um projeto de poder que a gente precisa parar”. Palpite: infeliz é pouco para definir essa linha de raciocínio do ex-comunista. Sim, eles existem.

Em linhas gerais, dou aos leitores da revista Pano de Fundo um exemplo do que o ministro da Cultura considera “nenhum grande retorno” para um produto audiovisual brasileiro apoiado pelo BNDES: Sônia Braga em ‘Aquarius’, escrito e dirigido pelo pernambucano de Setúbal, Kleber Mendonça Filho. Ou seja: produzir um filme em que a atriz brasileira com a filmografia mais profícua e reconhecida do planeta Terra protagoniza um filme que concorre em alguns dos festivais de cinema

mais respeitados e badalados da história. Cannes 2016, por exemplo.

Sobre o trecho em que o supracitado esborra veneno disfarçado de análise de panorama econômico (“Isso não é nem um filme, não passa de uma peça de propaganda de governo que ousou distribuir renda e oportunidades”, insinua, na cara dura), talvez pese o fato de que a atriz tenha, para os cliques de câmeras de todo o mundo, ter segurado parte de uma folha de papel A4 onde podia se ler “A coup tookplace in Brasil”.

Com uma frequência média de três encontros por semestre (que têm, em média, sete horas de duração), o supracitado preside e promove as reuniões do Conselho Consultivo do Audiovisual. Representando o Diretório Colegiado da ABD-PE/Apeci, eu e Juliana Lima participamos dessas reuniões desde o começo do ano de 2016. E nelas, ouvimos coisas que não são menos absurdas.

No espaço imaginado para promover o diálogo, já escutamos que o mercado de produção audiovisual no Estado é uma cadeia “até mais verde do que a de música. Incipiente”. Se precisar, o gestor de cá é capaz de repetir o que disse o gestor de lá. Negócio de cinema não dá nenhum grande retorno. E nem deve exigir alterações complexas, já que é o melhor contemplado pela gestão pública de recursos arrecadados. Como vivenciamos ao debater a proposta de criar

espaços no Edital do Audiovisual para contemplar prioritariamente produtores e realizadores negros, por exemplo.

Em várias dessas reuniões de “diálogo”, o secretário e sua equipe de técnicas gabaritadas rechaçaram todas as propostas de criar um sistema de cotas para reparação de injustiças históricas, alegando falta de dados para justificar o pedido. Assim como estão decididas a empurrar goela abaixo da comunidade um projeto inconsequente de Mecenato Cultural, tão logo os deputados estaduais possam votá-lo. Apesar dos protestos (da ABD, da Feppec, do Stic...) nas reuniões do Conselho. E desconsiderando os anos de desserviços que esse esquema corruptor legou à toda cadeia produtiva em décadas e calotes passados.

O que quero dizer aqui é: para contextualizar e combater esse tipo de autoritarismo tapado, repressor e desconectado da realidade, conversemos nós, fazedores de cinema, apaixonados pelo ofício e espalhados em cineclubes, equipes de filmes de baixo orçamento e produções colaborativas feitas sem um centavo. Eles que venham com suas lorotas justificadas pela crise. São propostas fracas, que já nascem mortas e que serão combatidas. ■

